

ENTRE OCIDENTAL E UNIVERSAL: DEMOCRACIA DAS RAÇAS E SINGULARIDADE DO BRASIL NO DISCURSO DIPLOMÁTICO BRASILEIRO

MARIANA YOKOYA SIMONI

*Mestre em Ciências Sociais, no Centro de Estudos,
Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas*

(CEPPAC)

Bacharel em Relações Internacionais, Universidade de Brasília

“O português sempre viu no mar uma espécie de irmão-mar. Dentro do mais franciscano dos cristianismos e do mais cristão dos naturalismos, fez do mar o melhor aliado de sua independência da Espanha e, depois, da aventura de dissolução em que parecendo ir perder-se, imortalizou-se.”

Gilberto Freyre (1940)¹

I.—INTRODUÇÃO

A solidariedade não é um atributo apenas dos países ricos. Essa afirmação de Celso Amorim, ex-ministro das Relações Exteriores, sobre o novo papel da diplomacia brasileira na política mundial foi confirmada no discurso de abertura da 65ª Assembléia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2010. Nos últimos anos, segundo ele, o Brasil moveu-se na cena internacional impulsionado pelo

¹ Discurso proferido no Gabinete Português de Leitura, de Pernambuco, em 2 de junho de 1940, em sessão promovida pelo Governo Português e pelos portugueses de Pernambuco e presidida pelo Cônsul de Portugal no Recife, para comemorar o Centenário da Fundação de Portugal e o da Restauração de 1640.

sentido de solidariedade, buscando fazer *política externa com humanismo*, sem perder de vista o interesse nacional. Essa política seria amparada por iniciativas de cooperação Sul-Sul, na qual a África ocupa um lugar de destaque, com importantes iniciativas na área de infra-estrutura, de pesquisa agrícola e farmacêutica e de segurança. O comércio, apesar do crescimento de 267% nos últimos sete anos, permanece aquém da enorme potencialidade, identificada por acadêmicos e por empresários brasileiros.

As relações do Brasil com a África baseiam-se, essencialmente, no interesse político e na busca de acúmulo de prestígio internacional. Os objetivos econômicos são, por ora, caudatários da aproximação com os países africanos e inserem-se na tentativa de se estabelecer uma liderança brasileira entre os países em desenvolvimento, principalmente a partir de sua experiência bem sucedida. Essa imagem de “Brasil conciliador”, que é considerado um interlocutor qualificado por diversos países, é parte fundamental da estratégia de inserção internacional do Brasil e contribuiu para a recente ascensão brasileira, nos foros políticos de primeiro escalão, como o G-20 financeiro.

O atual discurso diplomático brasileiro coloca o Brasil como um país conciliador, em termos econômicos e socioculturais. Segundo essa perspectiva, o Brasil seria um *ator intermediário nas relações econômicas entre Norte e Sul*, desde a II UNCTAD (1968)² até os dias de hoje, em que seu exitoso modelo de desenvolvimento deveria ser propagado para outras regiões. A cooperação Sul-Sul, entre países em desenvolvimento – como o Fórum IBAS e o grupo dos BRICs –, é um exemplo de política concreta que busca fortalecer a posição internacional desses países.

Além disso, o Brasil é caracterizado como conciliador, *por natureza e por sua experiência sócio-histórica* de miscigenação e de convivência entre raças e entre diferenciações sociais. Tal legado sociocultural da formação da identidade nacional conferiria ao país certa singularidade nas suas relações com outros países, em termos de maior capacidade de articulação de propostas amplas e plurais. A ideia de que o Brasil inspiraria maior confiança, por sua perspectiva conciliadora e por sua diplomacia solidária, ressalte-se, é um argumento alinhado ao objetivo de angariar legitimidade para a posição central que o país busca para si, principalmente em foros multilaterais.

O Brasil conciliador nem sempre existiu. Sua invenção decorre de formulações elaboradas nos últimos cinquenta anos de política externa. Este artigo analisa a relação entre essa *caracterização do papel conciliador brasileiro e os repertó-*

² A II UNCTAD, Conferências das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, em 1968 marca uma inflexão da atuação brasileira em foros terceiro-mundistas. O Brasil passa a adotar uma atitude reivindicatória, privilegiando o diálogo Norte-Sul.

rios discursivos e de imagens relativos à noção de democracia racial e de singularidade do Brasil, com o argumento de que essa caracterização não é óbvia ou necessária e que os acervos de ideias internos, juntamente com a receptividade do contexto internacional, foram importantes para o início da passagem da caracterização de um Brasil inserido na ordem *ocidental* para um Brasil *universalista*. A política externa brasileira para a África, nos anos 1960 e 1970 foi selecionada para observar essa guinada universalista, bem como discutir ideias de luso-tropicalismo, democracia entre raças e singularidade do Brasil. Até os anos 1950, ao menos, o Brasil mantinha uma política externa ambígua com relação à África, a qual, por um lado, buscava a aproximação com o continente e, por outro, apoiava o colonialismo português e mantinha relações comerciais e diplomáticas com a África do Sul do *apartheid*. O apoio brasileiro a Portugal assentava-se na relação tradicional de amizade entre os países, bem como no ideal de uma Comunidade Luso-Portuguesa, defendida por Gilberto Freyre, em 1940³.

Ao longo dos anos 1960, o Brasil foi abandonando o apoio incondicional a Portugal e à triangulação das relações com a África, por parte daquele país, o que se consolidou com o reconhecimento brasileiro à independência de Guiné Bissau, em 1974, e de Angola, em 1975. No governo Geisel, a partir de 1974, a decisão pelo universalismo estava completa⁴. O Brasil não era parte nem do bloco ocidental-capitalista, nem do Terceiro Mundo; mas se voltava para a opção de maior autonomia e de pragmatismo no estabelecimento de suas relações diplomáticas. Era universalista e, aos poucos, reivindicara uma “vocação” de mediador de conflitos.

Em termos teórico-metodológicos, o presente ensaio tem por finalidade explorar as relações entre pensamento social, pensamento diplomático brasileiro e política externa brasileira por meio de um enfoque no repertório de textos e de representações sobre o Brasil, o qual é composto por ideias, imagens, estórias e mitos. À medida que esse acervo passa a ser recorrentemente evocado por indivíduos, que ocupam certas posições em instituições, com critérios próprios de legitimidade e de prestígio, determinadas interpretações tornam-se parte do discurso de uma parcela dos membros desse campo e, porventura, podem chegar a motivar a performance ou justificar a atuação do Estado brasileiro no cenário internacional.

³ FREYRE, G., *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. Rio de Janeiro: Edição da Casa do Estudante do Brasil, 1942.

⁴ L. PINHEIRO (2007) analisa o processo decisório para o reconhecimento de Angola e destaca fatores institucionais relevantes do processo decisão, à época, como a relativa autonomia do Itamaraty na condução dos negócios externos, a confiança no profissionalismo dessa instituição, reconhecida pelos militares, e a diminuição do Conselho de Segurança Nacional (CSN). A especial parceria entre Geisel e Azeredo, segundo a autora, foi fundamental para a manutenção da decisão de reconhecimento da independência do país africano.

O pensamento social pode informar o pensamento diplomático que, por sua vez, orienta a tomada de decisões, dentro dos limites do ambiente institucional. O objetivo metodológico é indicar que a compreensão da política externa pode ser enriquecida por intermédio do estudo dos compartimentos da “caixa preta do Estado” – como as *instituições*, suas regras escritas e tácitas, e suas tradições ou *indivíduos* e seus pensamentos distintivos. Essas variáveis influenciam tanto nas motivações como na trajetória que o processo decisório irá seguir, antes de aparecer como um *output* de política externa. Nem os sistemas institucionais nem o pensamento de cada profissional-autor podem ser vistos como sistemas coesos ou fechados, mas sim como dotados de relativa capacidade para se modificarem e para se revigorarem ao longo do tempo⁵.

No Brasil ainda vigora, por vezes, o entendimento de que a política externa constitui uma arena para os grandes estadistas, remetendo à figura do Barão do Rio Branco, ou para os especialistas da área de relações internacionais, e que essa política estaria acima de disputas partidárias e de questões políticas conjunturais. Entretanto, é válido refletir se separação entre política interna e política externa pode ser considerada simplesmente uma divisão meramente técnica e administrativa, mas se não é, também, uma escolha política.

Dessa maneira, defende-se que o estudo do pensamento diplomático e uma maior vigilância do processo de formulação e de tomada de decisão – sub-área de Análise de Política Externa – contribuem para tratar a política externa não somente em termos de uma política governamental encapsulada, mas como resultado da seleção de ideias e de argumentos diversos, em competição, os quais serão enraizados, no futuro, nos próprios mecanismos de seleção. A abordagem possui o mérito de conferir um lócus de enunciação à política externa do país, em contraste com argumentos de que essa seria uma expressão da identidade nacional do Brasil ou de uma política de Estado calcificada.

No que concerne ao recorte metodológico, cabe ressaltar que o pensamento social a que se refere esse texto é um conjunto de narrativas interpretativas sobre diversos aspectos e tempos do Brasil, e, para os fins aqui propostos, selecionou-se o enredo mítico - de *democracia entre raças* e de *singularidade do Brasil* –, nos discursos dos representantes brasileiros, com a finalidade de estabelecer um sistema de ideias e de imagens melhor articulado no discurso de atores relevantes.

Tendo em vista os limites do ensaio, ressalta-se que não se procurou analisar o processo pelo qual certas narrativas de pensadores sociais ou de escritores tornam-se referências do campo intelectual e da sociedade em geral. Além dis-

⁵ VARGAS, J. 2008. Essa tese de mestrado do autor propõe um modelo pormenorizado para o estudo do pensamento diplomático.

so, não se busca estabelecer um tipo específico de relação entre esses mitos e a criação de diretrizes de política externa, uma vez que essa abrange interesses múltiplos de relações econômica, político-diplomática e de prestígio internacional. A questão central é que mitos de democracia entre raças e de singularidade do Brasil tornaram-se parte do repertório de idéias do campo intelectual (diplomático) e do grande público, e, destarte, foram trazidos à baila na construção de discursos e de performances de política externa brasileira.

A estrutura do ensaio está disposta na seguinte ordem. Primeiramente, uma discussão teórico-metodológica com vistas a estabelecer os conceitos a que se fará referências ao longo do trabalho, como campo, pensamento diplomático e mito. Em seguida, realiza-se uma breve discussão da evolução da idéia de nação brasileira e do campo intelectual, no Brasil, do final do século XIX e no início do XX, com o objetivo de compreender o contexto em que Gilberto Freyre escreve a sua obra. Trata-se de uma descrição relevante para se compreender os diálogos ocultos e a posição do autor, no contexto de acirramento de imperialismos e da descolonização, sobre a ideia de luso-tropicalismo. Por fim, descreve-se a evolução das relações entre Brasil e África, com enfoque para a mudança de posição da diplomacia brasileira no que se refere ao apoio ao colonialismo português, nas décadas de 1960 e 1970.

II.—PENSAMENTO SOCIAL E PENSAMENTO DIPLOMÁTICO

Em geral, a produção de discurso⁶ em todas as sociedades é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que buscam dominar o acontecimento aleatório e desordenado. Dessa forma, a produção, a circulação e a operacionalização de discursos estão diretamente ligadas ao exercício de poder, em que se identifica uma determinada *vontade de verdade*, que permite que certas categorias de pessoas, relações e situações — e não outras — sejam identificadas e tornadas objeto de discurso.

O enquadramento da relação entre pensamento social e pensamento diplomático brasileiro baseia-se no princípio de teoria do conhecimento social segundo a qual as condições (sociais) objetivas colocam e cerceiam as práticas e os limites mesmos da experiência que o indivíduo pode ter de suas práticas e das circunstâncias que a constituem⁷. Assim, ambos os pensamentos social e diplomático

⁶ FOUCAULT, M. 1971.

⁷ BORDIEU (2004), p. 190. Trata-se de uma difícil discussão no que concerne à originalidade e à genialidade da obra de um autor ou artista. Segundo Bordieu, a tradição positivista, ainda ligada à ideologia romântica, identifica o gênio criador como uma individualidade única e insubstituível, e confere pouca atenção às condições que regem o acesso e êxito no campo intelectual e artístico.

são entendidos como obras de indivíduos inseridos em um campo intelectual específico, imbuídos de um *habitus* de classe, e com certo repertório discursivo referentes a uma configuração sócio-histórica específica.

A interação dos indivíduos produz redes de interdependência, a formação de um *habitus* particular, e, dessa forma, em função de dada configuração sócio-histórica, produzem-se certos conceitos e determinadas categorias discursivas que dão visibilidade e dizibilidade⁸ a determinados aspectos da vida social. Tal perspectiva auxilia-nos a identificar o lócus de poder e atentar para o eco desses elementos estruturantes no processo de surgimento e desenvolvimento de ideias ao longo da história.

O ensaio faz breve referência ao campo intelectual brasileiro em dois momentos: nos anos 20, 30 e 40, em que são publicados *Casa Grande e Senzala*, e *Raízes do Brasil*; e nos anos 50 e 60, em que é feito o estudo sobre as relações raciais no Brasil, encabeçado pela Universidade de São Paulo. No caso do pensamento diplomático brasileiro, trata-se de uma região – dentro do campo intelectual – em que regras, ritos, práxis discursiva, e feitiço retórico-político foram agregando maior densidade ao longo do tempo, bem como recebem forte influência do contexto institucional do Itamaraty. Uma série de preocupações compartilhadas por ambos os pensamentos é a construção de um imaginário a respeito do Estado nacional e da nação brasileira, bem como certos desdobramentos dessas representações na relação do Brasil com os demais países – questões a que se respondeu de diferentes maneiras em cada período.

III.—PENSAMENTO DIPLOMÁTICO E POLÍTICA EXTERNA

O pensamento diplomático pode ser entendido como ideias de um indivíduo ou grupo, formuladas no contexto do Itamaraty, e aquelas que se referem, especialmente, à natureza do sistema internacional, à inserção internacional do país e à identidade brasileira⁹. Esse conceito restringe concepções mais amplas de pensamento político a respeito da conduta exterior do Brasil, o qual pode ser formado a partir de origens diversas, bem como derivar de outras instâncias, como as estatais, as lideranças políticas e sociais, os acadêmicos e os intelectuais.

O foco no Itamaraty ao buscar as ideias que orientam a política exterior deve-se à tradicional centralidade do Itamaraty na formulação de política externa do Brasil, o que decorre de sua institucionalização e modernização a partir dos anos 1930 e 1940. Também são notórios os recursos institucionais do Ministério como, por

⁸ DELEUZE, G. 1986, in VELOSO, M. 1999, p.46.

⁹ LIMA, M. 1994; VARGAS, J. 2008

exemplo, o modelo de carreira regular (*civil service*), o controle sobre o recrutamento, o sistema de treinamento e de valorização profissional, os quais são recursos admiráveis no processo de socialização dos diplomatas e de adensamento do *habitus* do grupo. Além disso, o Ministério possui capacidade de formulação de conteúdo para suas políticas e habilidade de arregimentar respaldo interno. Isso tudo possibilitou a formação de um acervo relativamente permanente, cuja importância se dá pela presentificação, e, principalmente, pela consciente valorização da memória institucional¹⁰.

Para a definição de diretrizes de políticas, Keohane e Golstein distinguem três tipos de ideias relevantes: as visões de mundo, constitutivas de uma realidade; as crenças por princípio, que são determinações axiológicas do que é certo ou errado; e crenças causais, que, fundadas ou não, estabelecem relações de causalidade. Os autores identificam três caminhos pelos quais essas ideias influenciam políticas: primeiro, as ideias podem guiar ações em um ambiente de incerteza, fornecendo explicações causais ou justificativas normativas que conduzam o tomador de decisão; segundo, elas podem auxiliar na escolha quando não há um critério objetivo que admita uma decisão entre as alternativas; e, por fim, as ideias podem ser institucionalizadas e, assim, permanecer como influência e cerceamento das escolhas do tomador de decisão.

Nesse ensaio, é interessante destacar algumas características do pensamento diplomático brasileiro, sempre tendo em mente a sua estrutura de seleção. Um deles é a *decidibilidade*, isto é, trata-se de um sistema de pensamento em que as proposições estão dispostas para a finalidade de solução de um problema. Essa solução deve ser pautada por *racionalidade*, ou *racionalização*, conferindo privilégio ao critério de *continuidade* e conservação para a previsão dos acontecimentos. Nesse sentido, possui um método que privilegia a análise histórica¹¹, bem como um tipo de temporalidade que remete, em paralelo, ao passado e ao futuro na busca de respostas.

A estrutura de seleção de pensamentos está relacionada ao “acumulado histórico”, entendido por Amado Cervo como certa relação entre fortes transformações na política exterior às mudanças do modelo do papel do Estado e das elites políticas¹²; ou a uma “ideologia de política externa”, definida por Andrew Hurrell como o conjunto de assunções que se tornaram uma parte tão estabelecida da perspectiva política que raramente se fala a respeito delas¹³. Uma terceira forma de se referir a essas assunções e escolhas históricas é a noção de *tradição*, que

¹⁰ LIMA, M. 1994; VARGAS, J. 2008

¹¹ MACEDO SOARES, J. 1992.

¹² CERVO, A. 1998.

¹³ Citado in VARGAS, J. 2008.

articula certa visão de mundo e a um corpo de ideias que provêm racionalidade e historicidade às decisões posteriores. A menção dessas estruturas é importante na medida em que a permeabilidade de novas ideias e a sua legitimidade dentro do Itamaraty dependem, muitas vezes, da capacidade dos seus articuladores de demonstrar uma aparente coerência entre essas ideias e a história de política exterior brasileira¹⁴.

Dessa maneira, a tradição pode ser ao mesmo tempo um instrumento de orientação de políticas e de legitimação dessa política. Um tipo especial de tradição, ou ao menos evocado de forma tradicional, é o mito que, ao lado da filosofia, ciência e religião, também constitui um instrumento intelectual para ordenar e orientar a visão de mundo de uma nação ou grupo sub-nacional¹⁵, bem como recebe, em geral, maior respaldo do público em geral. O mito, ao ser lido, provoca *naturalmente* o conceito, ou seja, versa como uma fala *excessivamente* justificada¹⁶.

IV.—“MITOS”: DEMOCRACIA DAS RAÇAS E A SINGULARIDADE DO BRASIL

O mito pode ser entendido como algo errôneo, falso ou mentiroso e que, por vezes, busca encobrir uma realidade. Entretanto, existem outras formas de entender o mito, tal como algo revelador ou naturalizador de conceitos e de ideias. Segundo Macedo Soares, o mito como uma “crença considerada como verdade”, “verdade [essa] aceita sem maior juízo crítico pelos membros de um grupo para, em geral, endossar práticas ou instituições existentes ou tradicionais”¹⁷. Assim, algumas qualificações importantes seriam a aceitação geral do mito e de sua autoridade, inquestionável durante a prevalência do mesmo, e o fato de que sua veracidade ou validade seriam comprovadas mais pelas ações que ele inspira do que qualquer argumento racional.

O autor Roland Barthes apresenta a perspectiva interessante de que, por mais paradoxal que possa parecer, o mito nada esconde, mas tem como função *deformar* e não fazer desaparecer. O mito pode ser entendido na sua significação literal, por exemplo, de que a democracia racial é um *exemplo* do positivo processo de mestiçagem na construção da sociedade brasileira, até mesmo o *símbolo* do mestiço como base dessa sociedade. Em segundo lugar, o mito pode ter seu significado literal destruído, caso em que a democracia racial é um *álibi* dos processos de mestiçagem e de construção da sociedade brasileira, ambos transcorridos

¹⁴ VARGAS, 2008, op. citada.

¹⁵ MACEDO SOARES, op. citada, p. 128.

¹⁶ BARTHES, R. 1993, p. 151.

¹⁷ MACEDO SOARES, op. citada, p. 123.

em bases desiguais e discriminatórias. Finalmente, pode haver uma significação ambígua do mito, dando-lhe a dinâmica própria. É quando as pessoas se tornam leitoras do mito: a democracia racial não é exemplo ou alibi, mas ela está *presente* no processo de mestiçagem e construção da sociedade brasileira. O mito, portanto, nada oculta ou ostenta; ele deforma. O mito não é nem uma mentira nem uma verdade, mas um desvio.

1.—O MITO DO PARAÍSO RACIAL

Ao longo do XIX, o Brasil atravessou, assim como muitas das outras ex-colônias latino-americanas e asiáticas, relativa dificuldade no processo de fundamentação da sua existência com base no modelo europeu de Estado moderno. Para um país com as dimensões do Brasil, caracterizado pelas descontinuidades territoriais e as diferenças regionais, a construção da noção de uma sociedade nacional consistiu árduo tema e trabalho para intelectuais e políticos.

Segundo Benedict Anderson, as nações são comunidades *imaginadas* como limitadas, soberanas e como um grupo cujos membros possuem uma imagem de comunhão, mesmo sabendo que nunca encontrarão a totalidade de seus componentes. O processo de imaginação da nação advém, segundo o autor, da relação entre língua impressa e consciência nacional despertada com a idéia de comunidade.

A imaginação da comunidade nacional envolve, por vezes, mitos relativos a características daquele povo, tal como o da cordialidade¹⁸, ou da sociedade em geral, como é o caso da democracia racial e da singularidade da riqueza cultural brasileira. A forma de leitura desses mitos é tão essencial quanto inconstante, quando se percebe cada qual já se tornou leitor dos mitos e deixa de só os ver como exemplos, passando a constituir as próprias simplificações do que *realmente* aconteceu, em algum tempo ou lugar.

No final do século XIX, com os ideários do evolucionismo e do darwinismo, predominou uma visão pessimista sobre o futuro de uma nação híbrida como o Brasil. Contudo, já nas primeiras décadas do século XX, iniciou-se uma atitude positiva com relação à mestiçagem e à diversidade étnica e cultural do Brasil. Os autores modernistas buscaram uma reinterpretação crítica da história colonial brasileira, substituindo a noção de *raça* pela de *cultura* — uma “cultura brasilei

¹⁸ Mito ou noção de cordialidade, “revelado” por S. BUARQUE DE HOLANDA em *Raízes do Brasil* (1936), não se refere simplesmente a “atitudes cordiais, hospitaleiras ou generosas”, como sugere a leitura de Macedo de Soares, mas ao caráter do homem que age de forma privatista e afetiva, vinculado a valores patriarcais e de dominação carismática.

ra”—, o que muito se distanciava da perspectiva hierarquizante de raça e permitiu uma ampliação do número produtores de cultura.

2.—LUSO-TROPICALISMO E ACOMODAÇÃO RACIAL E SOCIAL

Nesse contexto de transição, foi publicado o livro *Casa Grande e Senzala*, em 1933, considerado um clássico da literatura e do pensamento social brasileiro, cuja principal contribuição consiste em apresentar uma interpretação da cultura brasileira distinta das visões até então correntes. O autor defende que o complexo social da casa-grande e senzala é que foi o início da cultura brasileira¹⁹. A introdução do conceito de *cultura*, de influência do antropólogo Franz Boas, tem por objetivo demonstrar que a hereditariedade da raça não tem peso relevante no “caráter social” brasileiro. A formação do tipo brasileiro está mais relacionada à instituição da família patriarcal, que foi a unidade fundamental de formação sócio-cultural do país, a qual se articulava em função da monocultura exportadora e da escravidão.

Ao contrário das visões pejorativas e racistas, predominantes entre os intelectuais até o final do século XIX, Freyre valorizou o que chamou de capacidade adaptativa da miscigenação de raças e culturas para a vida nos trópicos e, assim, a emergência de uma civilização original. Dessa maneira, a formação da sociedade brasileira ocorreu a partir de “(...) processos de subordinação e ao mesmo tempo de acomodação e conciliação de uma raça com outra, da fusão de várias religiões de tradições culturais numa única, que caracteriza a transição do patriarcado par ao urbano”²⁰. O termo “democracia racial” não está presente em *Casa Grande e Senzala*, mas aparece em *Sobrados e Mucambos*:

“O Brasil, em 1936, talvez estivesse se transformando numa cada vez maior *democracia racial*, caracterizada por uma quase única combinação de diversidade e unidade”²¹.

Não obstante Gilberto Freyre ser continuamente apontado como criador ou disseminador da idéia de democracia racial, trata-se de uma afirmação difícil de sustentar na medida em que não são claros ou automáticos os processos pelos quais ideias e imagens tornam-se vocabulário e referência para acadêmicos, para políticos e para o público em geral, sobretudo no caso de um mito. Considera-se, assim, que tal descrição de Freyre da formação da sociedade brasileira oriunda das mediações culturais entre negros, brancos e índios, e uma crescente miscige-

¹⁹ VELOSO, M., 1999, p. 153.

²⁰ FREYRE, G. 1936, in VELOSO, M., *op. citada*, p. 153

²¹ FREYRE, 1936, in VELOSO, *op. citada*, p. 153. Ênfase adicionada.

nação compõe o escopo do mito de “democracia racial”; contudo, trata-se mais de uma “revelação” que obteve repercussão em contadores e leitores de mitos na sociedade de sua época.

Uma discussão fundamental do pensamento do autor é seu *luso-tropicalismo*²², pois foram algumas características do português que permitiram a “quase maravilha de acomodação” da atividade colonizadora no Brasil. Uma mistura entre aventura de dissolução e rotina de conservação, de confraternização com o exótico e perpetuação do tradicional. Segundo Freyre, desde seus primeiros estudos, busca-se contribuir para a reabilitação da figura do colonizador português e de sua obra, na América, negando os cientificismos e racismos vigentes na academia e na sociedade brasileira do início do século XIX. Freyre afirma que o colonialismo português distinguiu-se daqueles que vigoraram em outros países, sob dominação inglesa ou norte-americana, bem como dos imperialismos da Segunda Guerra Mundial. A característica plástica do português teria facilitado a consecução do diálogo entre nações da *Comunidade Luso-Brasileira* e uma comunhão geral, marcada pela democracia social e pelo cristianismo.

3.—DESMISTIFICANDO O NEGRO NO MUNDO DOS BRANCOS

Apesar da crítica ao discurso da democracia racial, nos anos de 1930 e 1940, por parte de intelectuais afro-brasileiros e por alguns órgãos da imprensa, prevalecia a hegemonia de um discurso intelectual, acadêmico e oficial centrado nesse mito. O maior questionamento desse discurso hegemônico só veio com uma nova geração de cientistas sociais, bem como crescente influência internacional no combate ao racismo por parte do movimento internacional anti-racista e de agências das Nações Unidas.

Entre 1940 e 1950, a UNESCO comissionou uma pesquisa visando entender como se deu o desenvolvimento das relações raciais no Brasil e a construção de uma democracia racial, “como lição ímpar de harmonia entre as raças”. A pesquisa ocorreu nas duas principais cidades do Sudeste, São Paulo e Rio de Janeiro, e em pequenas cidades de Minas Gerais, e nos estados da Bahia e Pernambuco. Diferentemente do esperado, os resultados das pesquisas revelaram a presença de discriminação e preconceito racial, desmistificando, no âmbito nacional e internacional, o imaginário de um paraíso racial.

O sociólogo Florestan Fernandes, da Universidade de São Paulo (USP), pesquisou a situação do negro e do mulato na sociedade brasileira, vista a partir de

²² Conceito consolidado em 1950.

São Paulo. Para tanto, uma primeira série de questões é o que seria uma “democracia racial”, seria apenas a ausência de tensões explícitas e permanentes um índice do caráter das relações raciais? Segundo Fernandes, fomentava-se a ideia de que haveria uma democracia racial no Brasil, com base em uma distorção criada no mundo colonial que era, na verdade, uma reação a mecanismos efetivos de ascensão social do “mulato”. Ao longo do tempo, interpretou-se a miscigenação como índice de integração social e como sintoma de igualdade racial.

Após a Abolição (1888), na ausência de um processo de recuperação da dignidade humana do negro e do mulato, manteve-se a estratificação racial que foi associada ao contexto econômico, jurídico e político de uma sociedade capitalista competitiva. Passou-se a ver nos processos capitalistas a matriz da democracia racial no Brasil, o que constitui, de acordo com Fernandes, um “mito cruel” para as “populações de cor”, uma vez que se justificou a indiferença para com um setor que não possuía condições próprias para enfrentar as mudanças trazidas com a universalização do trabalho livre e da competição.

A questão central é que os elementos de categorização social de “cor” e “raça” não perderam aspectos ligados ao sistema escravista durante a formação e expansão do sistema capitalista de classes. De tal modo que o padrão de equilíbrio racial da sociedade brasileira sustenta-se em dois pólos: certas orientações e comportamentos dos “brancos”; e uma forma de acomodação racial por parte dos “negros” e “mulatos”. Tal equilíbrio se mantém pela articulação de ambos os pólos com o mínimo de fricção, e perpetua a situação de desigualdade racial, pois mesmo a ascensão do “negro” e do “mulato” acontece dentro de um processo de acumulação da vantagens que privilegia o “branco”. Isso porque essa ascensão traz elementos de anulação do “negro” e do “mulato”, pois neutraliza os movimentos sociais para a democratização das relações raciais e fortalece técnicas de aceitação e compensação de “negros” e “mulatos” que funcionam como a exceção que confirma a regra²³.

Tendo em vista os resultados de sua pesquisa, Fernandes conclui que a ideia de “democracia social” não passa de um mito social, e um mito criado por uma maioria, tendo em vista seus interesses sociais e seus valores morais. O autor afirma que confundimos tolerância racial com democracia racial, o que não contribui para a mudança do *status quo*. Uma segunda discussão tratada pelo autor é o mito das três raças: a ideia de que a sociedade brasileira seria produto da atividade convergente de três raças – o branco, o negro e o índio – mais os mestiços. A postura de Fernandes é crítica quanto a essa ideia de longa data, asseverando que a formação da sociedade brasileira, mesmo não sendo produto da atividade

²³ FERNANDES, F. 1972, p. 10-11.

isolada e vontade exclusiva do branco dominante, montou-se por e para esse branco privilegiado.

“Para os analistas superficiais, esse imperialismo da branquitude é normal e necessário. Isso porque fomos levados a crer que *a integração nacional do Brasil depende dessa forma unilateral de realizar a nossa unidade nacional.* (...) É uma unidade nacional em que se perdem heranças culturais, que não podem ser harmonizadas às condições em que os estratos dominantes tentam realizar a integração nacional através da sua própria dominação estamental”²⁴.

A discussão sobre a “democracia racial” e o “negro no mundo dos brancos” permite, desse modo, vislumbrar temas sobre a constituição do povo brasileiro e dos modelos de nação e de Estado. A importância do discurso nacionalista e particularmente do nacionalismo cultural ao longo da história do país, e os diferentes formatos em que se consubstanciou – tal como raça e meio geográfico, cultura e povo – encontram, segundo Fernandes, um modelo de “unidade nacional” e de “civilização moderna” que está intrinsecamente ligado à socialização predominante da “raça branca”, que institucionaliza uma visão monolítica da dinâmica econômica, social e cultural.

V.—DO BRASIL OCIDENTAL AO UNIVERSAL

Ao longo do século XX, pelo menos até 1960, segundo grande parte dos estudiosos, a política externa brasileira praticamente esqueceu a África, priorizando a América e a Europa. Desde a independência brasileira, em 1822, passando pelo esmorecimento das relações entre o Brasil e as regiões africanas, após a Lei Eusébio de Queirós, em 1850, a diplomacia brasileira enfrentava dificuldades de ordem sistêmica, como o imperialismo e a partilha da África, e de ordem interna, como a tentativa de esquecer o passado colonial-escravocrata e de promover a entrada de mão de obra imigrante da Europa, para retomar suas relações com o continente do outro lado do Atlântico. A descolonização, durante a Segunda Guerra Mundial, trouxe a discussão para o seio da Organização das Nações Unidas, mas o tema perdeu destaque, nos anos de 1945 e 1955.

Ao final da década de 1950, a questão da descolonização retorna ao palco internacional como um tema de destaque, dada sua função na guerra e também devido aos movimentos de luta contra o sistema colonial como um todo. O ano de 1960 foi considerado pelas Nações Unidas como o Ano da África, devido ao surgimento de novos Estados. A estratégia adotada pelo Brasil foi a de reco-

²⁴ FERNANDES, F. 1972. p. 15. Ênfase adicionada

nhecer os Estados independentes que surgiam no período desde que houvesse a concordância das antigas metrópoles e depois de constatada *de jure* sua emancipação no sistema internacional²⁵.

Durante a década de 1950, a política externa brasileira com relação à emancipação das antigas colônias africanas teve características ambíguas, tendendo prioritariamente para o apoio ao colonialismo europeu. Um exemplo marcante disso foi a posição do Brasil com relação à independência da Argélia: ao longo dos anos 1950, apoiou o governo francês com base na “tradicional amizade franco-brasileira” e, na XV Sessão da Assembléia Geral, votou contra a proposta “afro-asiática” com o argumento – basilar da prática jurídica da época – de que as Nações Unidas não tinham competência para tratar das questões internas de Estados soberanos.

Dentre os motivos que levaram o governo brasileiro a votar a favor da França, segundo Penna e Lessa, destacam-se: a percepção de que havia ligações culturais e tradicionais entre os dois países e que isso deveria ser preservado; a estratégia diplomática francesa de garantir o apoio brasileiro por meio do envio de missões especiais compostas por altos funcionários do Estado francês; e o interesse brasileiro de manter a melhor relação possível com a França, tendo em vista o montante de investimentos franceses no país, considerados importantes para o projeto de desenvolvimento acelerado do governo de Juscelino Kubitschek.

Assim, o Brasil assistiu ao processo de descolonização da Tunísia, do Marrocos e da Argélia como um espectador relativamente passivo, dando continuidade a uma política de distanciamento e de discreto apoio às potências coloniais. Nesse meio tempo, o Itamaraty iniciava estudos sobre o continente africano para melhor orientar uma política de relacionamento para com os novos países africanos. Além disso, Osvaldo Aranha foi um dos primeiros a propor uma revisão da política externa com relação à África, com a finalidade de que o prestígio internacional e a posição do Brasil no continente não fossem comprometidos.

Em 1957, um memorando no âmbito da Divisão Política do Itamaraty inicia a discussão sobre a atuação do Brasil no “mundo afro-asiático”. Segundo Sérgio Corrêa do Lago, autor do memorando, pouco se conhecia a respeito da realidade dessas regiões e, nesse sentido, duas medidas deveriam ser tomadas: a preparação de uma missão de cortesia e observação a ser enviada para alguns países ou territórios selecionados da África e da Ásia, grupo que deveria ser composto por brasileiros de origem “afro-asiática”, podendo incluir “um descendente de oriental, um árabe e outro tipicamente africano”; e, uma vez de posse dessas informações, o Itamaraty deveria estudar os próximos passos a serem conduzidos para

²⁵ BITELLI, 1989 in PENNA e LESSA, 2007, p. 60.

uma aproximação com esses países com o objetivo de conquistar uma posição predominante entre aqueles Estados no futuro.

A estreita relação com Portugal, no entanto, permanecia como um entrave para a aproximação com os países africanos. Um exemplo disso é o Tratado de Amizade e Consulta com Portugal, de 1953, o qual se referia à consulta mútua direta a respeito de questões internacionais de interesse comum, e que incluía uma disposição que bloqueou o acesso brasileiro às províncias ultramarinas, notadamente as africanas. Em 1960, a ambigüidade da postura do Brasil torna-se clara com o voto a favor do projeto da Declaração sobre Concessão da Independência aos Povos e Países Coloniais, em paralelo ao voto contrário à resolução que recomendava Portugal a apresentar informações sobre suas colônias às Nações Unidas, uma vez que as províncias ultramarinas eram vistas como parte de um Estado unitário.

A postura do Brasil era de que o colonialismo português distinguia-se dos demais e que, por isso, era justificável²⁶, posição que bem expressa a tentativa de manter uma atuação pautada pela idéia do Brasil como um mediador equidistante e cuja singularidade, devido a sua formação histórica, cultural e étnica, possibilitaria um melhor diálogo com as diferentes nações do mundo. Tal posição singular e privilegiada do Brasil está caracterizada, por exemplo, no discurso de posse de Afonso Arinos de Melo Franco na sua primeira gestão como Chanceler: “O Brasil se encontra em situação especialmente favorável para servir de elo ou traço de união entre o mundo afro-asiático e as grandes potências ocidentais. *Povo democrático e cristão, cuja cultura latina se enriqueceu com a presença de influências autóctones, africanas e asiáticas, somos etnicamente mestiços e culturalmente mesclados* de elementos provenientes das imensas áreas geográficas e demográficas que neste século desabrocham para a vida”²⁷.

Esse discurso ecoa ideias e imagens da perspectiva modernista na valorização da riqueza cultural brasileira e o discurso de democracia racial de que a sociedade brasileira foi forjada a partir da convergência de características européias, africanas, indígenas e dos países da América Latina, as quais encontraram ambiente adequado para florescer em um Brasil democrático e multicultural. Além disso, sugere uma posição “desdramatizada” com relação à Europa e ao passado colonial, bem como uma inserção internacional que busca um lugar de destaque por meio da idéia de singularidade do Brasil no cenário mundial.

Apesar dessa perspectiva, defendida por indivíduos do meio diplomático, político, acadêmico e da sociedade, era grande a dificuldade de implementação de

²⁶ PENNA e LESSA, 2007, p. 11.

²⁷ MELO FRANCO in VARGAS, J. 2008. Ênfase adicionada.

uma mudança de relações com Portugal. Ao analisar a resistência a novas propostas diplomáticas com relação ao lusitanismo no governo Kubitschek, Gonçalves destaca os seguintes elementos: a atitude em favor do lusitanismo por parte de intelectuais com expressiva projeção nacional, como Gilberto Freyre; a atuação de diplomatas pró-Portugal; a defesa proclamada pela comunidade de imigrantes portugueses; e o “conservadorismo” da imprensa nacional²⁸. Diante dessa resistência, Afonso Arinos argumenta sobre a posição a favor do reconhecimento da independência de Angola:

“Penso que não devemos jamais participar de qualquer medida de acusação exagerada ou condenação injusta de Portugal, conforme tem sido aventado por representantes do radicalismo africano; entretanto, um recuo nosso na decisão de adotar uma recomendação que propugne a aplicação da citada resolução da Assembleia Geral e do capítulo XI da Carta no sentido do preparo de Angola para a autodeterminação seria irremediavelmente desastrosa e *destruiria de um golpe o prestígio política e a autoridade moral que conquistamos, não só nas áreas afro-asiáticas como nas democráticas e socialistas, além de provocar uma provável e violenta reação popular interna contra o governo.* (...) Um recuo do Brasil em matéria do colonialismo africano, e particularmente no caso de *Angola, que é o teste de nossa sinceridade*, comprometeria qualquer aspiração brasileira na ONU.”²⁹.

Um ponto interessante na leitura das alocações de Afonso Arinos é de que as imagens de democracia racial e de um Brasil multicultural estão presentes em ambas, mas a forma com que são articuladas e recebidas não é unívoca. Os mitos aqui podem ser lidos como símbolo, álibi ou realidade, e remetem, de tal modo, a um senso comum da identidade nacional cuja memória pode ser produto de uma ritualização da tradição, de uma naturalização da história ou mesmo de uma história social.

Cabe lembrar, no entanto, que existem, discursos que conferem menos ênfase a essas ideias como tais, como é o de João Augusto Araújo Castro, no Debate Geral da 18ª sessão da Assembleia Geral, em 1963:

“Para o Brasil, a luta pela descolonização abrange todos os aspectos da luta secular pela liberdade e pelos direitos humanos. O Brasil é contra toda forma de colonialismo: político, econômico ou policial. Por esse motivo, o Brasil vê com extremo cuidado a emergência de formas sucedâneas do colonialismo político, formas já consagradas sob a expressão de neocolonialismo. Será assim de dese-

²⁸ GONÇALVES, W. e MIYAMOTO, S. 1993.

²⁹ Telegrama no. 43, de Afonso Arinos de Melo Franco, Delegação do Brasil junto à XVI AGNU, para o ministro de relações exteriores, Nova York, 27/09/1961, in Penna e Lessa, 2007, p.12, ênfase adicionada.

jar que os mesmos órgãos das Nações Unidas que ora cuidam da descolonização dentro das Nações Unidas principiém a voltar as suas vistas para esse novo fenômeno do mundo moderno – cuja periculosidade me dispense de ressaltar”³⁰.

O consagrado discurso dos três ‘D’s’ – desarmamento, desenvolvimento e descolonização – buscou, segundo Vargas, fortalecer a integração do Brasil e da América Latina com o mundo em desenvolvimento, mas sem endossar por completo as teses políticas do Movimento Não-Alinhado (MNA), uma vez que a atuação do Itamaraty, na época, procurou diluir a hegemonia afro-asiática no fenômeno que seria o movimento terceiro-mundista. Desse modo, o discurso de Araújo Castro, diferentemente do de Afonso Arinos, possui uma abordagem mais voltada para o desenvolvimento e busca, ainda, construir uma identidade “periférica” mais ampla que a da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) ou do MNA.

Desse modo, a percepção de que a África teria uma dimensão privilegiada para a política externa brasileira só ocorreu na década de 1960, de forma incipiente, dentro da chamada Política Externa Independente, inaugurada no governo Jânio Quadros e mantida por João Goulart. Até o final da década de 1960, o Brasil percebeu, em resultado das missões de sondagem, oportunidades econômicas nos países africanos, especialmente em territórios portugueses, como a África do Sul e a Rodésia. A crise do petróleo de 1973, insumo de que a economia brasileira dependia em cerca de 80%, fez com que a ambiguidade brasileira se transformasse em um entrave ao desenvolvimento do país. O Brasil chegou a fazer parte em uma resolução, de 1973, assinada por dezessete países africanos, sobre sanções econômicas e diplomáticas previstas, caso não fosse retirado imediatamente seu apoio ao governo de minoria branca da África do Sul³¹.

O encerramento de sua ambigüidade só ocorreu após o próprio esgotamento do colonialismo português, com o fim do regime salazarista em 1974. A partir de então, a diplomacia brasileira passou a atuar de forma mais autônoma quanto a seus interesses na África, mas igualmente de modo pragmático e responsável, como afirmou Azeredo da Silveira, no discurso de abertura da Assembléia Geral, em 1974. Um exemplo disso foi o reconhecimento de Guiné Bissau, em 1974, quando o Brasil foi o primeiro país de língua portuguesa a fazê-lo. Meses depois, criou uma Embaixada residente em Bissau para demonstrar o interesse brasileiro em restabelecer laços próximos com o país.

O reconhecimento de Angola foi considerado o “teste da sinceridade” da diplomacia brasileira, na guinada universalista, e a passagem do Brasil para a linha

³⁰ AMADO, C. 1982. In VARGAS, J. 2008.

³¹ LESSA, 2007, p. 92.

de frente de defesa da auto-determinação dos povos entendida como descolonização. O Brasil não só reconheceu Angola, mas também o governo de caráter socialista do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), apoiado por Cuba e pela União Soviética. Ítalo Zappa, importante diplomata na questão de retomada das relações com a África negra, realizou missões no continente africano para deixar claro que o Brasil reconheceria a independência dos países independentemente do governo que estivesse à sua frente, recusando-se a se comprometer com qualquer movimento específico. Como bem descrito por Ovídio Melo, decidiu-se adotar uma política de “aos vencedores, as batatas”.

VI.—CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta central deste ensaio foi observar o papel dos mitos sociais no pensamento social e no pensamento diplomático, assim como a forma com que essas ideias e imagens podem tornar-se relevantes para a formulação de orientações da política exterior do país. Esses discursos são produzidos, recebidos e difundidos em diferentes contextos institucionais e podem tanto fazer parte da visão de mundo do tomador de decisão como guiar suas decisões em momentos de incerteza ou de falta de critérios bem definidos. A presente abordagem procurou enfatizar, ademais, o lócus específico de enunciação de uma ideia e a diversidade de argumentos e interpretações que podem surgir no processo de formulação da política externa de um país.

No caso analisado, os mitos de democracia racial e de singularidade do Brasil como mediador de conflitos estiveram presentes tanto no pensamento social brasileiro das décadas de 1930, com *Casa-grande e Senzala*, de 1940 e 1950, com *O negro no mundo dos brancos*, como nos argumentos daqueles favoráveis à manutenção do luso-tropicalismo ou da mudança da política africanista do Brasil para maior aproximação com a África. Cabe ressaltar a plasticidade desses mitos, uma vez que, em um primeiro momento, o mito de democracia racial foi evocado para justificar uma colonização portuguesa benevolente no Brasil e, em um segundo contexto, passou a estar relacionado com o prestígio e a autoridade moral do Brasil no relacionamento com os países afro-asiáticos, de tal modo que uma tradição diplomática foi reinterpretada para engendrar novas orientações de política externa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, A., “A formação das ideias no contexto colonial”. In: *Pensamento Brasileiro*. Instituto Rio Branco, Roma/ Brasília, 1995. capítulo I.
— *Dialética da Colonização*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

ANDERSON, B. *Imagined Communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso, 1983.

BARTHES, R., *Mito*. In: *Mitologia*. Tradução de Rita Buongemino e Pedro de Souza. RJ: Bertrand Brasil, 1993.

BBC Brasil. Relação com África é “inédita“, mas comércio ainda engatinha. 02/07/2010, 17h05. Acessada em 22/12/2010. <http://www1.folha.uol.com.br/bbc/761004-relacao-com-africa-e-inedita-mas-comercio-ainda-engatinha.shtml>.

BORDIEU, P., “Campo de poder, campo intelectual e habitus de classe”. In: *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.
— *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

BUARQUE, DE HOLANDA, S., (1936). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1976.

CERVO, A., BUENO, C., *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

ELIAS, N., *O Processo Civilizador*. Vol. I, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1990.

FERNANDES, F., *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

FOUCAULT, M., *L'Ordre du Discours*. Paris: Galmard, 1971.

FURTADO, C., *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

FREYRE, G., *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e o desenvolvimento do urbano*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

—*Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 32. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

—*Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. Rio de Janeiro: Edição da Casa do Estudante do Brasil, 1942.

—*China Tropical e outros escritos sobre a influência do Oriente na cultura luso-brasileira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

HAAG, C., “‘Mama’ África não pode ser mãe solteira”, *Revista da FAPESP*. Edição impressa 150, Agosto de 2008.

GOLDSTEIN, J; KEOHANE, R. O., *Ideas and foreign policy: beliefs, institutions, and political change*. New York: Cornell University Press, 1993.

GONÇALVES, W.; MIYAMOTO; S., “Os militares na política externa brasileira: 1964-1974”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n.12, 1993. P. 211-246.

LESSA, A; PENNA, P., “O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 39, janeiro-julho de 2007, p. 57-81.

LÉVI-STRAUSS, C., *O Pensamento Selvagem*. Campinas, São Paulo: Editora Papyrus, 1989.

LIMA, M. R. S., “Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior brasileña”, *In: América Latina/Internacional*, 1994, v.1, n.2, p.27-31.

MELLO E SILVA, A., “O Brasil no Continente e no Mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea”, *In: Estudos Históricos*, v. 8, n. 15, 1995.

PINHEIRO, L. “‘Ao vencedor, as batatas’: o reconhecimento da independência de Angola”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 39, janeiro-julho de 2007, p. 83-120.

SOARES, J.A. de M., *História e informação diplomática: tópicos de historiografia, filosofia da história e metodologia histórica de interesse para a informação diplomática*. Brasília: FUNAG e IPRI, 1992.

VARGAS, J.A.C., *Esplêndida tradição: o pensamento diplomático de João Augusto de Araújo Castro*. Brasília, 2008 (Tese de Mestrado).

VELOSO, M. e MADEIRA, A., *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*.